

# Reforma monetária e

## controle da emissão, as bases do choque

20 DEZ 1985

AGÊNCIA ESTADO

Um programa de controle de preços e salários, acompanhado de uma reforma monetária (isto é, a substituição do cruzeiro por outra moeda, a exemplo da Argentina, ou sua desvalorização, como a efetuada em 1968) e da contenção de emissão de moeda. Paralelamente, o governo deveria suprimir seu déficit e controlar seus gastos. Estas medidas, em resumo, são o choque heterodoxo que o governo cogita aplicar na economia brasileira, segundo explicou ontem o professor Roberto Macedo, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo. Para ele, no entanto, o nome dado ao conjunto de medidas é bastante impróprio, já que somente o controle de preços pode ser assim considerado, enquanto o controle de salários e a reforma monetária são receitas clássicas e até recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional.

Segundo o professor Roberto Macedo, a partir da reforma do cruzeiro, a correção monetária seria suprimida, uma vez que tudo partiria novamente da estaca zero e a inflação seria "esquecida". Ele ressaltou que, nesse caso específico, trata-se de uma política não usual, que até hoje só foi aplicada em países em que não havia indexação da economia.

A partir do congelamento dos preços e salários, e com a escassez de moeda, o governo estabeleceria um prazo a partir do qual passaria a administrar a recomposição dos valores, inicialmente os de algumas tarifas de serviços públicos. Nesse ponto, de acordo com outro economista da Fundação Getúlio Vargas, Olivier Udry, a questão é mais complexa, porque para garantir o tabelamento dos preços é necessário que o País tenha folga de caixa, para poder continuar com as importações e com os pagamentos da dívida externa.

Os dois economistas frisam, porém, que o sucesso dessas medidas depende principalmente dos esforços do governo para controlar seus gastos e conter o déficit público. Mais otimista, Olivier Udry crê que o sucesso do choque heterodoxo é possível apenas em uma primeira fase, durante o controle de preços, pois o problema da inflação brasileira não se limita à questão do déficit público, mas também à própria estrutura produtiva do País.

Já Roberto Macedo entende que a intenção do governo, segundo as declarações do ministro Dilson Funaro, é adotar um pacote misto, com componentes da reforma argentina, mas seguindo a mesma linha de Israel, onde o controle de preços e salários é negociado entre as partes, "o que não seria possível no Brasil". Em sua opinião, não existem no País as condições necessárias para isso, principalmente pelo fato de a inflação estar em patamares muito elevados, "o que provocaria grandes perdas para duas das partes, caso a ter-

ceira decidisse não cumprir o acordo". Além disso, o economista da Fipe enumera outros obstáculos ao acordo social pretendido pelo ministro Funaro para a adoção das medidas — a falta de tradição em negociações, a intenção do movimento sindical de querer recuperar as perdas salariais rapidamente, a evasão de recursos com o pagamento da dívida externa e a falta de um controle efetivo nas despesas do governo.

Caso o governo desista de sua posição de negociar a implantação dessas medidas, o que na opinião de Roberto Macedo seria a fórmula mais viável, porque impediria os reajustes excessivos diante da previsão de congelamento de preços, o choque heterodoxo teria maiores chances de ser aplicado com sucesso. Mas ainda assim dependeria do controle dos gastos públicos e do comportamento das taxas de juros, pois a economia do País estaria entrando em uma faixa de alto risco, mas não necessariamente rumo à recessão. Ou seja, o choque pode ser feito sem maiores reflexos à recuperação da economia brasileira.

### "NÃO É HORA"

O presidente da Ordem e do Sindicato dos Economistas de São Paulo, Miguel Colasuonno, entende que a iniciativa privada já se ajustou bastante ao momento econômico atual, "concedendo um ganho real de salários a seus funcionários e cumprindo as regras do CIP" — "portanto" diz ele, "não é hora de pensar em congelar preços, o que desembocaria no congelamento de toda a economia. O que está faltando agora é o governo fazer sua parte e promover um corte real em suas despesas".

### "NÃO É A SOLUÇÃO"

O presidente da Federação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, disse ontem, no Rio, que é contrário ao choque heterodoxo como solução ideal para recuperação da economia brasileira. "Ninguém combateu mais a política monetarista colocada em prática pelo ministro Delfim Netto do que eu nestes últimos quatro anos, porque ela foi ineficaz no combate à inflação, além de recessiva." Na sua opinião, o pacote econômico do governo é a maneira mais viável para os atuais problemas da economia do País.

### "CREDIBILIDADE CAI"

O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luiz Octávio Vieira, defendeu ontem, em Porto Alegre, uma redução "muito expressiva" nas despesas de custeio do governo no próximo ano, para que a política de combate à inflação seja vista com maior credibilidade. "O grau de credibilidade" em sua opinião, "vem diminuindo e quanto mais insucessos houver, mais desgaste haverá". Entende que o próprio ministro da Fazenda, Dilson Funaro, "não suportará mais três ou quatro anúncios de congelamento de preços e salários como o que foi feito nesta semana".